



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Grupo Especial de Fiscalização Móvel

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

CPF: [REDACTED]



Volume I de I

PERÍODO: 15.11.2011 a 25.11.2011

Endereço do local da inspeção: Fazenda Imbuabal – Vicinal IV, lote 115 – Zona Rural – Eldorado dos Carajás – PA – coordenadas Geográficas: S 05° 54'16.1" e W 049° 11'11.0".

Op 142/2011



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

ÍNDICE

1 – EQUIPE DA FISCALIZAÇÃO DO GRUPO MÓVEL	3
1.1 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	3
1.2 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	3
1.3 – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	3
2 – DADOS DO EMPREGADOR FISCALIZADO	4
COMO CHEGAR	4
3 – QUADRO DEMONSTRATIVO	5
4 – DA AÇÃO FISCAL	6
5 – DOS AUTOS DE INFRAÇÃO	11
5.1 - Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	11
6 – TERMO DE NOTIFICAÇÃO	11
7 – DA REGULARIZAÇÃO NO CURSO DA AÇÃO FISCAL	13
8 – CONCLUSÃO	14

ANEXO

- Notificação para apresentação de documentos;
- cadastro Ambiental rural;
- Levantamento físico;
- Termo de Notificação nr. 303470-01;
- AI nr. 023483482.



1 – EQUIPE DA FISCALIZAÇÃO DO GRUPO MÓVEL

1.1 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- **COORDENAÇÃO**

[REDACTED]

- **SUBCOORDENAÇÃO**

[REDACTED]

- **AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO**

[REDACTED]

MOTORISTAS

[REDACTED]

1.2 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

[REDACTED]

1.3 – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

[REDACTED]



2 – DADOS DO EMPREGADOR FISCALIZADO

Empresa: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

CNAE: 0151-2/02 – Criação de Bovinos para Leite.

Endereço da Inspeção: Fazenda Imbuabal – Vicinal IV, lote 115 – Zona Rural – Eldorado dos Carajás – PA – coordenadas Geográficas: S 05° 54'16.1" e W 049° 11'11.0".

Fone: 94.9145.0411.

O documento apresentado como título de propriedade encontra-se em nome da Sra. [REDACTED] que segundo o Sr. [REDACTED] é sua esposa. Trata-se de terreno adquirido em programa de reforma agrária.

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA: Residência do filho Sr. [REDACTED]
[REDACTED] – telefone [REDACTED] – e mail: [REDACTED] Rua [REDACTED]
[REDACTED]

COMO CHEGAR

Partindo de Marabá/PA sentido Eldorado dos Carajás/PA, seguir até a vila Sororó (35 km de Marabá), seguir na rodovia, passar a vila conhecida como km 40, passar a Vila Betel, da vila km 40 até a Vila Betel são 23 km, seguir na rodovia até a lanchonete 9 irmãos, localizada do lado esquerdo da via (são aproximadamente 4 kms), entrar na estrada ao lado desta lanchonete (lado esquerdo da via) e seguir por 4 km, chega-se a uma plantação de eucaliptos (poucos) e entrar a esquerda, passa-se por duas pontes de madeira (pequenas) e a fazenda é logo em seguida, são 3 km dos eucaliptos até a fazenda.

A sede é do lado esquerdo e a casa do vaqueiro do lado direito.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

3 – QUADRO DEMONSTRATIVO

Empresa: [REDACTED]

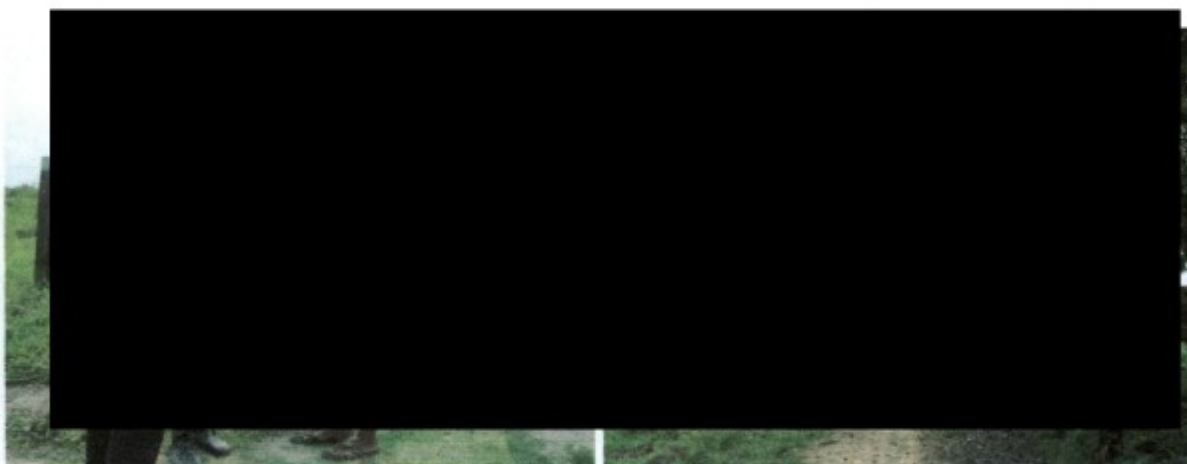
CPF: [REDACTED]

Empregados alcançados	01
Registrados durante ação fiscal	01
Retirados	00
Guias Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	00
Valor bruto das rescisões	0,00
Valor líquido recebido	00,00
Valor Dano Moral Individual	0,00
Nº de Autos de Infração lavrados	01
Termos de Apreensão de Documentos	00
Termos de Interdição Lavrados	00
Termos de Suspensão de Interdição	00
Prisões efetuadas	00
Mulheres (retiradas)	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
CTPS emitidas	00



4 – DA AÇÃO FISCAL

Em 17.11.2011 iniciamos ação fiscal na fazenda denominada Imbaubal de propriedade do S [REDACTED] onde constatamos o trabalho do trabalhador Sr. [REDACTED], exercendo a função de vaqueiro, com responsabilidade sobre 120 cabeças de gado, e ordenha de aproximadamente 15 vacas leiteiras. O referido trabalhador afirmou trabalhar na fazenda desde 09/2009 e sem anotação na CTPS.



Momento da entrevista com trabalhador e verificação das condições de moradia.

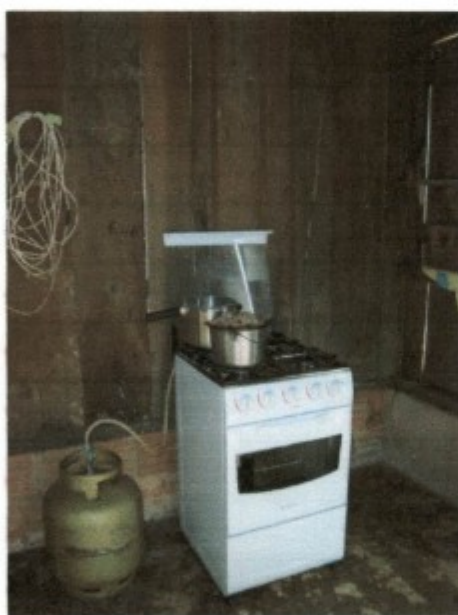
O trabalhador, juntamente com sua esposa e dois filhos pequenos, mora em uma casa próxima à sede da fazenda, com cobertura de telha de barro, piso de cimento, porém sem instalação sanitária.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Existe na referida casa, um local destinado para a instalação sanitária, com vaso sanitário, porém sem água encanada, chuveiro, pia e luz.



Casa com piso.



Vista do instalação sanitária incompleta.

A água fornecida provém do poço localizado na sede da fazenda e bombeada até a casa do vaqueiro, porém a mangueira fica atrás da casa e abastece somente um tonel pequeno de água.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Água fornecida para a casa provém do poço da sede da fazenda, porém não há local para armazenagem, somente este pequeno recipiente, sem fechamento.

A ordenha das vacas é efetuada em um cercado sem cobertura alguma, sem piso, sem abastecimento de água.



Local onde é realizada a ordenha das vacas.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

Local sem cobertura, sem piso e sem fornecimento de água para higienização.

Aos fundos da fazenda constatamos outro alojamento que foi utilizado por trabalhadores ocupados no roço de juquirá, que segundo o trabalhador, encerraram a atividade a aproximadamente 2 meses. Trata-se de uma casa extremamente precária.



Vista do local que serviu de alojamento para os trabalhadores no roço de juquirá. A segunda foto revela os fundos da casa.



Na parte interna fogão improvisado e condições precárias.



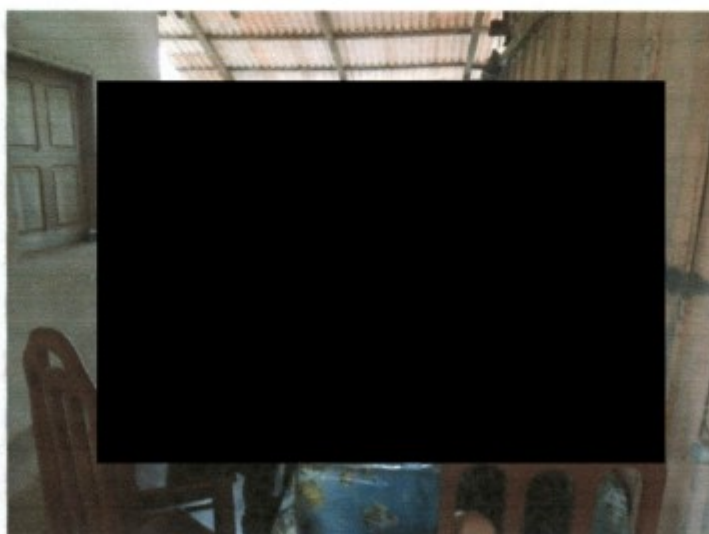
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Poço onde apanhavam a água.

O empregado da fazenda telefonou para o filho do Sr. [REDACTED] e informou da nossa presença e ele imediatamente se deslocou para a sede da fazenda, comparecendo acompanhado pelo seu filho Sr. [REDACTED]

Emitimos notificação para que registrasse o trabalhador, recolhesse o FGTS, submetesse o trabalhador a exame médico admissional e comprovasse no dia 24.11.2011 no endereço da Gerencia Regional do Trabalho de Marabá.



Momento que o Sr. [REDACTED] assina notificação para apresentação de documentos.



5 - DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

No urso da ação fiscal somente foi lavrado auto de infração por ausência de registro do trabalhador, muito embora houvesse inúmeras outras irregularidades, porém trata-se de estabelecimento com um empregado e sendo a primeira inspeção, de acordo com o Regulamento da Inspeção do Trabalho, art. 23, inciso III, é necessário respeitar o critério da dupla visita. Para os itens onde constatamos irregularidades, emitimos Termo de Notificação para regularização, conforme descrito no capítulo próprio do presente relatório.

5.1 - Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

Constatamos o trabalho do Sr. [REDACTED] RG [REDACTED] data de emissão 10/08/2010, CTPS [REDACTED] na atividade de criação de gado. O empregado relatou que ordenha diariamente aproximadamente 15 vacas leiteiras uma vez por dia o que resulta numa produção de aproximadamente 150 litros de leite dia. Além da ordenha das vacas o trabalhador desenvolve outras atividades de cuidados com as cercas, separação do gado em pastos diversos, e outros. Declarou ter iniciado o trabalho em 09/2009 e receber um salário mínimo (R\$ 545,00) por mês. Por sua vez, o Sr. [REDACTED] confirmou as informações prestadas pelo trabalhador, informando que nunca registrou trabalhador algum e que não possuir Livro de Registro de Empregados.

Para esta irregularidade foi lavrado o auto de infração nr. 023483482, por infração ao art. 41 caput da Consolidação das Leis do Trabalho.

6 – TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Trata-se de estabelecimento com um empregado e sendo a primeira inspeção, de acordo com o Regulamento da Inspeção do Trabalho, art. 23, inciso III, é necessário respeitar o critério da dupla visita. Para os itens onde constatamos



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

irregularidades, emitimos **TERMO DE NOTIFICAÇÃO nº 303470-01** para regularização dos seguintes itens:

- 1- Providenciar a elaboração e implementação do Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural (PGSSMA), conforme previsto no item 31.5 da Norma Regulamentadora - NR 31 (1310151)
- 2- Garantir aos trabalhadores realização dos exames médicos, obedecendo aos prazos e periodicidades previstos nas alíneas "a" até "e" do item 31.5.1.3.1 da NR 31 (1310232, 1310240, 1310275);
- 3- Equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida conforme item 31.5.1.3.6 da NR 31 (1310372);
- 4- Possibilitar o acesso dos trabalhadores aos postos de saúde paraprevenção de doenças endêmicas e vacinação anti tetânica conforme item 31.5.1.3.9 da NR 31 (1310402, 1310410);
- 5- Disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário. As ferramentas devem ser: a) seguras e eficientes; b) utilizadas exclusivamente para os fins a que se destinam; c) mantidas em perfeito estado de uso, conforme itens 31.11.1 e 31.11.2 da NR 31 (1312022);
- 6- Manter as ferramentas de corte guardadas e transportadas em bainhas de proteção conforme item 31.11.4 da NR 31 (1312073);
- 7- Disponibilizar aos trabalhadores em todas as etapas dos processos de trabalhos com animais informações sobre: a) formas corretas e locais adequados de aproximação, contato e imobilização; b) maneiras de higienização pessoal e do ambiente; c) reconhecimento e precauções relativas a doenças transmissíveis conforme item 31.18.2 da NR 31 (1314610);
- 8- Fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados aos riscos e de acordo com as necessidades de cada atividade (ver Programa de Gestão, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural), mantendo-os em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo de sua responsabilidade exigir e orientar o trabalhador quanto ao seu uso correto e substituindo-os quando necessário conforme item 31.20 e seguintes da NR 31(1314645, 1313070, 1313088);
- 9- Disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas de: a) instalações sanitárias; b) locais para refeição; c) alojamentos, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho; d) local adequado para preparo de alimentos; e) lavanderias conforme item 31.23.1 da NR 31 (1313410, 1313428, 1313436, 1313444, 1313696);
- 10- Observar e implantar os requisitos exigidos para as áreas de vivência: a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene; b) paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente; c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; d) cobertura que proteja contra as intempéries; e) iluminação e ventilação adequadas conforme item 31.23.2 da NR 31 (1313460, 1313479, 1313487, 1313495, 1314700);
- 11- Garantir que as instalações sanitárias, alojamentos e local para refeições observem todos os requisitos exigidos pela NR 31, especialmente as condições de dispor de água limpa e higiene e conforto conforme itens 31.23.3 a 31.23.10 da NR 31 (1313592, 1313665, 1314750, 1313886);



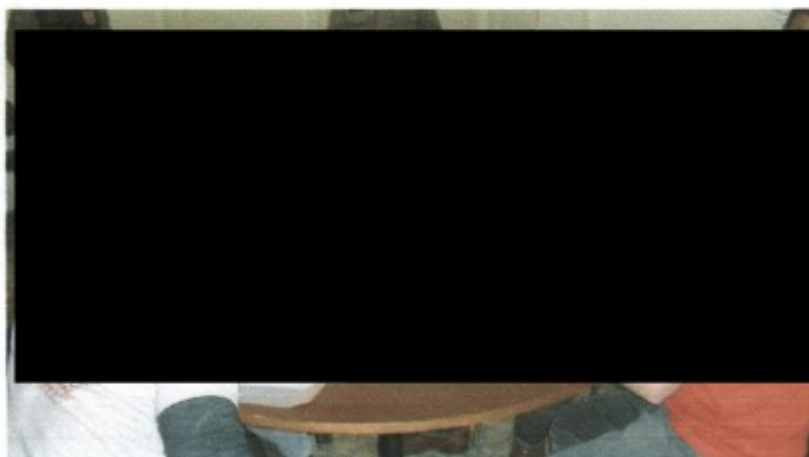
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

- 12- Garantir aos trabalhadores moradias familiares que possuam condições sanitárias adequadas e fossas sépticas afastadas da casa e do poço de água, em lugar livre de enchentes e a jusante do poço, ou seja, garantir instalações sanitárias em perfeito estado de conservação e funcionamento, vedado, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias conforme item 31.23.11.1 a 31.23.11.3 da NR 31 (1314769, 13139321314777, 1313983);
- 13- Porvidenciar nos alojamentos camas com colchão afastadas em um metro, ter armários individuais e fornecer roupa de cama adequadas ao clima local conforme item 31.23.5.1 e 31.23.5.3 (1313738, 1313746, 1314726).

PRAZO para cumprimento: 30 (trinta) dias.

7 – DA REGULARIZAÇÃO NO CURSO DA AÇÃO FISCAL

Atendendo notificação emitida pela equipe fiscal o empregador regularizou o registro do trabalhador Sr. [REDACTED] com admissão em 20.09.2009.



Sr. [REDACTED] acompanhado do filho, apresentando o registro do seu trabalhador a AFT.

Efetuiu o pagamento do 13º salário referente aos exercícios de 2009 e 2010, valores pagos na presença da equipe fiscal.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Momento que trabalhador recebeu a CTPS anotada e assina recibo do 13º salário 2009 e 2010.

O empregado não estava cadastrado no PIS e a Caixa Econômica Federal solicitou prazo de 10 dias para proceder ao cadastro. Desta forma deixamos notificado no livro de Inspeção do Trabalho para que recolhesse o FGTS e informasse o CAGED.

8 – CONCLUSÃO

Diante das circunstâncias e situações descritas no presente relatório, a equipe fiscal integrante do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, conclui que **não constatou situação de Trabalho Análogo a de Escravo** na fazenda fiscalizada
É o relatório.

Brasília, 25 de novembro de 2011.

Auditora Fiscal do Trabalho

Auditor Fiscal do Trabalho